

(Des)centralização do emprego industrial em Sergipe: avanços e limites

Elmer Nascimento Matos^{*}

Wesley Santos^{**}

Resumo

Este trabalho objetiva analisar a estrutura do emprego na indústria de transformação em Sergipe no período de 1985-2010, visando à constatação de mudanças em sua distribuição espacial, como consequência das ações implantadas pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), adotado pelo governo de Sergipe como política estadual de desenvolvimento. Nesse sentido, serão utilizados dados do programa, fornecidos pela Companhia de Desenvolvimento de Sergipe, combinados com os dados da Relação Anual de Informações Sociais, além de determinadas medidas de localização e especialização. Concluímos que embora a indústria de transformação tenha apresentado desempenho relevante quanto ao emprego, não se pode afirmar que as ações do PSDI, por si mesmas, são eficientes nesse desempenho, já que a quantidade de empregos gerados está abaixo dos previstos.

Palavras-chave: Desconcentração produtiva; Guerra fiscal; Emprego industrial.

Abstract

This paper aims to analyze the structure of employment in manufacturing in Sergipe in the period 1985-2010, aiming at finding changes in their spatial distribution as a result of actions implemented by the Program Sergipe Industrial Development (PSDI), adopted by the government of Sergipe state politics and development. In this sense, the program will use data supplied by the Company for the Development of Sergipe, combined with data from the Annual Social Information, as well as measures of location and specialization. We conclude that although the manufacturing sector has shown significant performance on the job, can not be said that the actions of PSDI by themselves are effective in this performance, since the number of jobs created is provided below.

Key-words: Reducing the concentration productive; War tax; Industrial employment.

Área: Capitalismo e Espaço

Sub-área: Economia Regional

Sessões de Comunicações

^{*} Professor do Departamento de Economia da Universidade de Sergipe. O artigo conta com apoio financeiro da FAPITEC/SE.

^{**} Professor Substituto do Departamento de Economia e Mestrando em Economia na Universidade Federal de Sergipe.

O objetivo deste trabalho foi mostrar a estrutura do emprego na indústria de transformação em Sergipe, no período 1985-2010. Em primeiro lugar, os dados mostraram que em Sergipe o nível geral de emprego nessa atividade se expandiu de forma absoluta. A despeito da crise e do processo de reestruturação da cadeia produtiva na década de 1990, a taxa de variação do emprego na indústria de transformação esteve dentro dos padrões observados para o Nordeste, o que favoreceu a participação relativa do emprego no conjunto da região. Entretanto, nos padrões internos os valores do Coeficiente de Redistribuição mostraram movimentos inexpressivos para a medida espacial de localização dos setores industriais estudados, o que corrobora a identificação de uma tendência de concentração do emprego formal em apenas três microrregiões, Aracaju, Japaratuba e Carira. As demais microrregiões embora sejam alcançadas e tenham empresas incentivadas pelo PSDI, não se destacam no que diz respeito ao emprego formal, de maneira que o PSDI não tem sido capaz promover uma desconcentração expressiva do emprego, através da não centralização econômica das atividades produtivas, como proposto em um de seus objetivos. Lembrando que, embora haja sim uma desconcentração, a microrregião de Aracaju continua sendo o centro da dinâmica industrial.

Os empregos previstos pelo PSDI não se efetivaram de maneira absoluta e correspondem a pouco mais de 30% dos empregos formalizados segundo a RAIS. As empresas beneficiadas que já estavam em funcionamento não contribuíram significativamente na geração de novos empregos e, embora não tenhamos discorrido a respeito dos investimentos, estudos evidenciam que em sua grande maioria foram provenientes do empresariado local.

Setores tidos como tradicionais na estrutura sergipana foram os mais incentivados, sendo que estes não produzem efeitos significativos na economia estadual. Além disso, o fato de não atrair de forma significativa capitais de outras regiões vai de encontro a outro propósito do programa como já mencionamos anteriormente.

As ações do PSDI não podem ser desconsideradas, mas é importante salientar que o mesmo não tem obtido o êxito esperado nesse ambiente de disputas, onde Sergipe claramente não possui as mesmas condições financeiras, econômicas e estruturais que outros estados do Nordeste.

O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, criado num momento em que a economia estadual estava em plena crise, não cumpriu os seus objetivos por diversas razões, dentre as quais estão as baixas economias de aglomeração, a precariedade na infraestrutura econômica e social, as reduzidas externalidades ao setor privado, e uma menor dotação de recursos para consolidar a atração de novos investimentos.

De acordo com o Quociente locacional, os setores básicos nos quais as microrregiões tem se especializado são de menor complexidade, somente a microrregião de Aracaju, onde reside a maior concentração das atividades produtivas tem se especializado em setores que podem ser considerados mais complexos.

Assim, a expansão das atividades e também do emprego para outras microrregiões se dá através de setores carentes de mão-de obra e que tendem a se localizar próximo a mesma, como é o caso do setor de calçados. De maneira que as transformações no setor industrial aqui analisado acontecem de modo limitado e a sua expansão não reúnem de forma simultânea as variáveis correspondentes ao nível de emprego e à diversificação produtiva.

Embora de acordo com os dados da RAIS haja uma expansão do emprego, os problemas e as limitações existentes na indústria de transformação em Sergipe tendem a confirmar o baixo dinamismo e complexidade dos ramos industriais em questão. A

entrada de setores industriais com maior nível de modernização tecnológica, com capacidade de se tornarem motores do dinamismo em uma perspectiva mais ampla, ocorre de modo pontual e relativamente isolado e, por demais concentrado em ambientes espaciais mais reduzidos, como, por exemplo, nas microrregiões de Estância e Baixo Cotinguiba.

A falta de políticas regionais coordenadas pelo governo federal e a falta de atuação de um ente regulador eficaz no que diz respeito à concessão de incentivos, acabou prejudicando estados menos desenvolvidos. De modo que Sergipe claramente precisa de uma intervenção estatal fruto de políticas nacionais para desenvolver-se em atividades que gerem um maior dinamismo.

O Estado Nacional sempre teve um papel importante no desenvolvimento de economias como a de Sergipe. De acordo o que vimos sobre a atuação de órgãos como a SUDENE e planos como o II PND, Sergipe se desenvolveu com intenso apoio do Estado. Obras de construção como a unidade hidrelétrica, dinamizando alguns setores econômicos do estado, contaram com investimentos federais. Do contrário, na busca de soluções para enfrentar a diminuição do investimento estatal o que se verificou foi o desenvolvimento, embora sem densidade no caso de alguns setores, de uma maior diversidade em ramos como a indústria química, de minerais não-metálicos, fabricação de metais e de máquinas e equipamentos. Sendo que as atividades produtivas tradicionais mantiveram a sua importância.

Outro fator a considerar é que o desenvolvimento da estrutura urbana nas atividades produtivas de Sergipe aconteceu em meio à atuação do governo federal. Sendo que este também atuou na organização e distribuição do espaço urbano sergipano. Assim com tanta dependência, Sergipe não poderia ser beneficiado satisfatoriamente através de uma política estadual de incentivos fiscais. Embora haja alguns ganhos em relação ao emprego e outras variáveis, é preciso salientar que também há perdas, a partir do momento que não há regulação por parte do Estado e há uma renúncia a receita orçamentária.

Diante desses fatores, concluímos que assim como as políticas nacionais de desenvolvimento empregadas em décadas anteriores tiveram êxito, urge a necessidade de novas políticas nacionais planejadas e coordenadas. É necessário que o Estado atue de maneira mais intensa nesse novo contexto social e econômico. E assim possa dar uma resposta às políticas descoordenadas, que vem sendo empregadas por vários estados da federação, dentre eles o estado de Sergipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Tania B de. *Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: Heranças e urgências*. Rio de Janeiro: p. 17-24, Revan: 2000.
- BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora NOBEL, 2002.
- BALANÇO, P.; SANTANA, G. A indústria de transformação do Nordeste no período 1994-2005: uma análise espacial e estrutural. Disponível em: <<http://www.mesteco.ufba.br/scripts/arquivos/artigo14.pdf>>. Acesso: 2/05/2011.
- BELUZZO, L.G, ALMEIDA, J.G. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CANO, Wilson. *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil – 1970-2005*. 3ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CARDOZO, Soraia Aparecida. *Guerra Fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990*. Tese de Doutorado, Unicamp Instituto de Economia, São Paulo, 2010.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. *Da Esperança À Crise – A Experiência Das Políticas Regionais no Nordeste*. Dissertação de Mestrado, Unicamp Instituto de Economia, São Paulo, 2001.

CHIARINI, A. FARID, J. (2010). *PIB do Brasil fecha 2009 com retração de 0,2%, a primeira queda anual em 17 anos*. (Artigo). [S.d.]. Disponível em: <www.economia.estadao.com.br> , Acesso em: 27/04/2011.

FERNANDES, A. J, PAIS, C. *A Economia Brasileira na Década de 80: conseqüências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado*. (Artigo). [S.d.]. Disponível em <<http://www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Fernandes%20onInflamação>>. PDF. Acesso em: 17 Abril de 2011.

GIAMBIAGI, Fabio (Org.). *Economia brasileira contemporânea*. (1945- 2004). 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GODÓI, Cintia N. DEUS, B, J. *A Urbanização do Brasil e as Diferentes Divisões Territoriais do Trabalho ao Longo do Tempo*. (Artigo). [S.d.]. Disponível em: <http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/51066_5990>. PDF. Acesso em 17/05/2011.

GOMES, Darcilene C. *Estrutura Produtiva e Emprego Industrial no Brasil dos anos 90*. Tese de Doutorado, Unicamp Instituto de Economia, São Paulo, 2009.

HADDAD, P. R. (Org.) *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Série de Estudos econômicos e sociais v. 36. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 25/01/2013.

KON, Anita (org.). *Unidade e Fragmentação a questão regional no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MORAIS, José M. L. e MOTA, Fernando. C. M. *Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional*. XVI Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, 2011.

MATOS, Elmer N. *A Dinâmica Urbana e a Inserção na Economia Regional: O Caso de Aracaju*. Tese de Doutorado, Unicamp Instituto de Economia, São Paulo, 2009.

POCHMANN, M. (Org.). *Reestruturação Produtiva: Perspectivas de Desenvolvimento Local com Inclusão Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. v. 1. 350 p.

RAIS/MTE. Ministério do trabalho e Emprego. Disponível em www.mte.gov.br. Acesso em 12/12/2012.

ROMCY, Priscila de O. *A divisão territorial do trabalho e o mercado de trabalho em Mossoró (RN)*. Anais XVI congresso Nacional de Geógrafos, Rio Grande do Sul, 2010.

SOUZA, Nali de J. *Desenvolvimento regional*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, Nilson Araujo de. *Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.) *Poder e dinheiro*. Petrópolis, Vozes, 1997.